



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

**UM PANORAMA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA RUMO  
A FORMAÇÃO DOCENTE COM BASE NO PENSAMENTO  
FREIREANO**

Autora: Aureliana da Silva Tavares

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Marta Rodrigues Coelho

*Universidade Federal da Paraíba- UFPB*

[tavares.aureliana@gmail.com](mailto:tavares.aureliana@gmail.com)

**Resumo:**

O presente trabalho visa apresentar e esclarecer as leis que favorecem a educação inclusiva à luz do pensamento freireano, como também, os procedimentos para que o educador possa melhor trabalhar, diante das crianças com deficiência, para que de fato sejam aceitas pelas escolas e incluídas nas atividades escolares. Os educadores devem estar preparados para aceitar as crianças com deficiências nas salas de aula regular e que passem a ser integrantes do processo ensino-aprendizagem, tornando-o não apenas uma segregação na escola, mas um ser participativo e incluso. O estudo das ideias pedagógicas freiriana consegue enfrentar tais barreiras, pois não se limita a ser apenas a construção de um método de alfabetização de adultos. Sua visão de mundo vai além deste horizonte do saber. Com noções básicas adquiridas através de curso de formação, os educadores poderão orientar melhor as crianças, assim como lutar para que elas tenham um espaço melhor na sociedade. É fundamental que seus direitos sejam assistidos e respeitados por todos que fazem parte desta sociedade, que só visa à lucratividade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação Docente, Estudos Freireano.

**Introdução**

A educação inclusiva chegou e muitos educadores e gestores estão perguntando como irão trabalhar com as crianças deficientes em salas de aula regular. Para amenizar tantas aflições, esta pesquisa visa apresentar e esclarecer as leis que favorecem a educação inclusiva à luz do pensamento freireano, como também, os procedimentos para que o educador possa melhor trabalhar, diante das crianças deficientes, para que de fato sejam aceitas pelas escolas e incluídas nas atividades escolares.

A transformação do conceito de Educação Especial em Educação Inclusiva transcende o eixo legislativo, pois se encontra amparada na Lei n ° 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério de Educação e Desporto, de 1997. Encontra-se, também, como referências documentais, a Declaração de Inclusão / Salamanca (1994), referendada pela Convenção de Guatemala em 1999 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, como também o Plano Nacional de Educação - PNE. Tais fundamentações buscam entender a nova ideia deste tipo de educação escolar, no sistema educacional vigente.

Por estar se tratando de algo diferente, para muitos educadores, é de fundamental importância que eles participem, cada vez mais, de cursos de formação. Os educadores devem estar preparados para aceitar as crianças deficientes nas salas de aula regular e que passem a ser integrantes do processo ensino-aprendizagem, tornando-o não apenas uma segregação na escola, mas um ser participativo e incluso.

Quando falam na expressão educação inclusiva estão referindo-se à forma mais abrangente possível, pois trata de qualquer estudante que encontra barreiras para aprender ou ter acesso ao que a escola oferece.

O estudo das ideias pedagógicas freireana consegue enfrentar tais barreiras, pois não limita a ser apenas a construção de um método de alfabetização de adultos. Sua visão de mundo vai além deste horizonte do saber.

A criticidade dos seus estudos e os valores explorados possibilita um conhecimento teórico sobre uma educação emancipatória, uma educação inclusiva. Tais estudos constroem, nos educadores, uma postura que permeia uma prática pedagógica com bases mais sólidas, críticas e conscientes. Esta postura induz a uma atitude de reflexão diante dos problemas sociais e educacionais, levando a tratar, de maneira mais séria e atenta, a questão da formação docente e da inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares.

Desta forma, para Paulo Freire, tanto os educandos quanto os educadores aprendem e reaprendem juntos, construindo em si uma consciência do mundo que ultrapassa o saber dos livros estudados, pois eles estão estudando a sua vida, as suas necessidades e o seu mundo, para que, depois, estudem e entendam o mundo maior, o dos seus pais.

Partindo de um ponto de vista crítico, a prática de uma teoria dialética, que segundo Freire (1999, p.82) “*é o encontro entre os*



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

*homens, mediatizados pelo mundo para designá-los”* leva o educador/a a interagir com os educandos, favorecendo um ambiente escolar agradável, pois é através do diálogo que o educador vai conhecendo o mundo do educando, sua cultura, seus valores, sua forma de pensar e suas dificuldades e encontrar sugestões de como enfrentar essas barreiras.

É no lecionar criticamente, com base em um diálogo horizontal, ou seja, aberto à participação de todos, que pode encontrar uma saída para o florescimento de uma educação crítica, questionadora, com sua própria forma de pensar, agir, relacionar, lutar por seus sonhos, seus valores, por uma educação inclusiva.

É através de aulas com discursos horizontais que poderão, de fato, promover a inclusão. É com o educador tentando entender a vida dos educandos, trazendo seus problemas sociais para serem discutidos na sala de aula, que conseguirão fazer com que os educandos assimilem com mais facilidade os conteúdos, porque os conteúdos estarão relacionados com sua realidade, são fatos de sua vida que serão estudados.

A criticidade praticada pelos educadores e educandos é um fator primordial para o desenvolvimento de uma leitura de mundo freireana. Nesta prática pedagógica o educando, a todo o momento, é também o agente do desenvolvimento do seu aprendizado. Este processo acontece através de diálogos, mediante os quais são esclarecidas responsabilidades sociais e políticas. Assim, toda construção de conhecimento é desenvolvida através de um diálogo objetivo, sistematizado, visando uma melhor aprendizagem e formação docente/discente.

A contribuição para a formação dos educandos devem procurar, a cada dia, desenvolver atividades, nas salas de aulas, que proporcionem a inclusão, que ajudem as crianças a interagir com a sociedade, tornando o Brasil mais justo e inclusivo.

Com noções básicas adquiridas através de curso de formação, os educadores poderão orientar melhor as crianças, assim como lutar para que elas tenham um espaço melhor na sociedade. É fundamental que seus direitos sejam assistidos e respeitados por todos que fazem parte desta sociedade, que só visa à lucratividade.

Metodologia

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Para melhor entender o pensamento freireano e relaciona-lo com as dificuldades enfrentadas pelos professores em uma sala de aula inclusiva, busquei estudar algumas obras do autor tais como: *A Educação na Cidade* (1991), *Educação como Prática da Liberdade* (2007), *A Importância do Ato de Ler* (1992), *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação* (1980), *Pedagogia do Oprimido* (1982), *Pedagogia da Esperança* (1992), *Pedagogia da Autonomia* (1996). Estas obras ajudaram a esclarecer dúvidas e ampliar o conhecimento a respeito do tema, visando uma melhor formação dos educadores e educandos rumo à inclusão de todos.

As ideias pedagógicas freireana representam, certamente, um grau elevado de investigação do pensar do povo sobre o povo, dentro de uma ótica dialética, não sendo um pensamento puramente especulativo. Elas se traduzem numa realização concreta de conhecimentos e valores, sejam eles culturais, sociais, políticos e econômicos.

As dificuldades que os educadores enfrentam em sala de aula, com a inclusão, levam à necessidade de uma educação diferente, que permeia uma aproximação com a vida dos educandos e o educador precisa estar preparado para lidar com tais dificuldades.

É de fundamental importância para os, educadores, buscarem entender um pouco mais sobre o termo *inclusão* e sua atual ação nos núcleos escolares, visto que o Brasil faz parte de um grande grupo de países que busca a cada dia praticar uma educação que combata à discriminação às pessoas com deficiência, excluídas pela sociedade.

O discurso a respeito de uma educação inclusiva está integrado à pauta dos principais debates educacionais desde o segundo semestre de 2007, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Tais estudos trazem à tona a discussão acerca de concepções e projetos de emancipação social, pois posicionam a educação diante do desafio de compreender a igualdade e as diferenças como ponto de partida das propostas educacionais e não como um resultado a ser alcançado numa perspectiva pedagógica igualitária e homogênea.

Com base nos estudos ocorridos em Salamanca, deve-se buscar uma visão mais ampla da educação e desenvolver uma prática pedagógica mais consistente e inclusiva. Para isto, se faz necessária uma melhor formação docente. É através de estudos realizados por educadores, que a cada dia estarão mais preparados para trabalhar com a inclusão e aprimorar cada vez mais nossa prática educativa.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

A existência de uma educação voltada para a inclusão das crianças com deficiência (visual, mental, auditiva e/ou sensorial) ou superdotadas, crianças da rua ou na rua, crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos, exige um conjunto de ações. Para que um dia possa incluir todos sem exceção, é preciso a participação de todos, ou seja, dos pais e professores e de todo o sistema sócio-político-econômico.

Outro fato presente na Declaração de Salamanca (1994, p.05) é a questão da conscientização de pais no sentido de lutarem pelos direitos de seus filhos que estão, em algum momento, corrompidos pela sociedade. Vejamos:

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos.

Fica claro, assim, que esta forma de perceber está, a cada dia, dando mais força e se consolidando cada vez mais e tornando possível, aos educadores e organizadores do sistema educacional de ensino, se adaptem a mudanças que favorecerão, de fato e de direito, a construção de um Brasil justo e inclusivo.

Com o desenvolvimento de trabalhos em conjunto com professores, gestores, sistema de ensino e os núcleos de apoio governamentais ou não governamentais ficarão mais fácil construir uma educação inclusiva, uma sociedade inclusiva.

Resultados



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

A união desses elementos, juntamente com uma boa formação docente, só trará êxito para as crianças. Através de cursos de formação continuada, palestras, divulgação de folders e livros com as características apresentadas por determinadas deficiências e algumas sugestões de relacionamento educacional, viabilizará não só o relacionamento educador e educando como, também, o convívio familiar e a autoestima do educando com deficiência, pois estará em um ambiente mais receptivo.

Deve salientar que nem todas as escolas, de âmbito público ou privado, encontram-se de portas abertas para aceitar crianças deficientes. Mesmo sendo lei, sua aceitação é difícil. Segundo depoimentos de alguns professores e gestores, o fato é de muita repulsão dos pais que têm crianças ditas normais, aceitarem seu convívio, no mesmo espaço escolar, com crianças que apresentem necessidades especiais.

Para muitos profissionais da área de educação, a experiência de trabalhar com crianças com necessidades especiais ainda é muito nova e gera medo de enfrentar os obstáculos. O novo, o diferente, muitas vezes é rejeitado, mas através de esforço e dedicação poderão mudar esta visão, com confiança e determinação. As instituições públicas e privadas deverão começar a perceber um novo momento da educação. Deste modo, a sociedade construirá novas visões dos fatos e aceitará com mais assiduidade às crianças com necessidades especiais.

É com esforço e buscando sempre uma boa formação, através de estudos e campanhas de conscientização que os, educadores, podem vencer, mais uma vez, esta barreira da educação. Assim, Freire (1991, p.25) diz que

outra coisa que a Administração tem de fazer, em decorrência de seu respeito ao corpo docente e à tarefa que ele tem é pensar, organizar e executar programas de formação permanente, contando inclusive com a ajuda dos cientistas com quem temos trabalhado até agora. Formação permanente que se funde, sobretudo, na reflexão sobre a prática. Será pensando a sua prática, por exemplo, de alfabetizadora, com equipe cientificamente preparada, será confrontando os problemas que vêm emergindo na sua prática diária, que a educadora superará suas dificuldades.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Com uma boa formação dos educadores, fica mais fácil à sociedade, de modo geral, começar a ampliar sua visão para a inclusão sem segregação no ambiente escolar, aceitando a evolução da educação. Os fatos evidenciarão que pessoas com deficiência mostrem que também têm suas habilidades, seus talentos e que são capazes de produzir e crescer, socialmente, emocionalmente e profissionalmente.

O ato de aceitar alguém é estar aberto a aprender com ele, que o novo venha de forma construtiva e positiva, que o espaço social seja aberto e que a cada dia proporcione uma evolução de pessoas com deficiência para mostrar seus talentos e aptidões.

A sociedade precisa ampliar e amadurecer sua visão a respeito da inclusão, pois ninguém nasce com sua formação crítica pronta e acabada. Assim, todos crescerão a partir do momento em que abrirem os olhos e começarem a ver os fatos que ocorrem a volta, de forma positiva e que cada passo galgado é fundamental para que, de fato, haja a inclusão.

Diante dos fatos citados, se faz necessário um estudo sobre a questão da formação dos nossos educadores no preparo das crianças com deficiência. Para enfrentar os problemas apresentados, é necessária uma educação inovadora, inclusiva, que responda às perspectivas dos educandos e da sociedade.

## Conclusão

É através de educadores mais críticos, conscientes de suas responsabilidades em sala de aula, que poderão favorecer uma educação inclusiva, uma sociedade mais questionadora de seus direitos e deveres.

É repensando a prática educativa, dialogando com ela, que conseguirão enfrentar os obstáculos de forma consciente, com ideias organizadas, sistematizadas, concretas e seguras.

A conscientização dos educadores oferecerão segurança e confiança na luta pelo ideal de ter uma educação inclusiva, para realizar o sonho de muitos pais que têm filhos com necessidades especiais de serem aceitos no ensino regular, por toda a esperança que deve a todo o momento cultivar, dentro de cada um de nossos, educadores, educandos, seres humanos que pensam, sonham e acreditam num Brasil justo e igualitário.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

As repulsões às crianças com deficiências em escolas regulares acontecem quando perdem a esperança, quando deixam de acreditar na sua capacidade como educadores e seres humanos. A exclusão existe quando a compaixão deixa de existir nos corações daqueles que educam ou estão sendo educados.

Para que os educandos se tornem seres autocríticos, é preciso ter alguém que dialogue e favoreça este caminho do conhecimento, para que possam ver a verdadeira cor dos raios da luz que há por trás desta neblina da política capitalista da sociedade vigente. A prática pedagógica deve ter como base o diálogo e, a todo o momento, refletir e questionar a respeito dos princípios de uma educação inclusiva. Os educadores precisam buscar uma melhor formação docente, para poderem desenvolver atividades de inclusão das crianças deficientes nas salas de aula do ensino regular.

O desenvolvimento do trabalho pedagógico/educativo com o apoio do sistema sócio-político-econômico favorecerão, de forma positiva, o crescimento e a aceitação de pessoas com deficiência, na sociedade e em escolas convencionais. A união desses elementos, juntamente com uma boa formação docente, só trará êxito para as crianças deficientes.

### Referências

BRENNAND, Edna. O Labirinto da Educação Popular. João Pessoa: UFPB, 2003, p.57 – 102.

CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 23/03/09.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Editada pela UNESCO em 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 24/06/2009.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

DECRETO n. 3956/2001. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/docs-pess-deficiencia/d3956.2001\\_conv\\_elim\\_discr\\_pessoascomdeficiencia.pdf/view](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/docs-pess-deficiencia/d3956.2001_conv_elim_discr_pessoascomdeficiencia.pdf/view)>. Acesso em: 23/03/09.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. Educar para Transformar: foto biografia. São Paulo: Mercado Cultural, 2005. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/index.jsp>>.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se complementam. 47ª ed. São Paulo; Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. Conscientização Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo V - da Educação Especial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf)>. Acesso em: 23/03/2009.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho (org.). Formação docente: contribuições do ideário de Paulo Freire. João Pessoa: Sal e Terra, 2006.